

PERSPECTIVAS SOBRE A SITUAÇÃO DA MULHER NO SÉCULO XVIII

Por Maria José Moutinho Santos

1 — INTRODUÇÃO

A importância da mulher ao longo de toda a caminhada da Humanidade tem sido, e ainda é, minimizada em muitas culturas e povos. Deste modo, a mulher surge muitas vezes, ao longo da história, reduzida a elemento reprodutor e mera força de trabalho, sem direitos nem poderes, fora duma esfera restritíssima que lhe era designada. E isto, porque ela tem sido considerada inferior ao homem em todos os planos — físico, intelectual e espiritual. As principais religiões do mundo acentuaram, em maior ou menor grau, a inferioridade natural da mulher. Mas no que respeita ao Cristianismo, há um enorme distanciamento entre a doutrina pregada por Jesus e a que posteriormente foi divulgada pelos Padres da Igreja, consequência, em parte, do contexto sócio-cultural em que o Cristianismo se divulgou.

Em Santo Agostinho, em S. Tomás de Aquino, em Santo Ambrósio ou Tertuliano, as atitudes misóginas são frequentes e irão ter uma repercussão que se fará sentir negativamente durante muitos séculos.

Jean Delumeau, no seu excelente livro «La Peur en Occident», estuda profunda e pormenorizadamente a mulher, olhada durante séculos como o agente preferido de Satanás. Fica assim explicado, em parte, a razão duma cultura europeia tão pouco favorável às suas mulheres, pese embora o culto Mariano, tão importante, mas talvez ele, também, fazendo sentir o abismo existente entre Maria Virgem e as outras Marias, estas portadoras do demónio e causadoras da perdição da humanidade.

Se a tradição religiosa contribuiu muito para a segregação da mulher, outros elementos haverá que ajudam a entender o

quadro que se nos vai deparando ao longo dos séculos. A partir do estudo e da divulgação do direito romano, que dava ao «pater familias» poderes ilimitados sobre a sua mulher e filhos, assim como sobre os seus escravos, a mulher vê reduzida ainda mais a sua esfera da acção que, agora, fica apenas confinada à sua casa e aos seus filhos; mas neste campo também o marido terá sempre, se o desejar, a última palavra a dizer. Napoleão irá concretizar, no início do séc. XIX, de um modo completo, a subalternidade da mulher.

O que ficou dito atrás não é mais que uma sensibilização para a problemática que pretendemos abordar e que é limitada ao nosso século XVIII. A abordagem não é tão vasta nem tão profunda como seria desejável, mas parece-nos importante, mesmo através de contribuições como esta, ir revelando aquilo que a mulher tem sido na nossa sociedade e, muito mais importante ainda, compreender aquilo que ela é hoje, fruto de uma tradição religiosa e cultural que deixou marcas tão profundas, a ponto de tornar extremamente similares, em vários aspectos, a mulher do séc. XVIII e tantas mulheres que hoje vivem entre nós.

*
* *
*

A literatura é como se sabe, um meio excelente para se fazer o estudo de uma época e o séc. XVIII deixou-nos riquíssimo repatório de elementos escritos que nos falam das pessoas, dos seus usos, tradições e leis, do seu pensar e sentir, das suas crenças, e que nos permitem reconstituir todo um passado.

A partida sabemos que também no séc. XVIII a mulher foi subalternizada, mas também é do nosso conhecimento que esse facto não provocou em Portugal nenhuma convulsão social. Porém, ao longo do século, foram-se agitando ondas que se tornaram mais acentuadas a partir da segunda metade, provando afinal que nem todos eram acordes com esse implacável e fatal destino de submissão. No entanto, contam-se pelos dedos as mulheres que procuraram defender os direitos do seu sexo. E elas eram, afinal, as principais interessadas! Mas, para assumir posições, para discutir e pôr em causa verdades de séculos, destruir mitos, é preciso haver conhecimentos; e o conhecimento provém, sobretudo, da instrução. Ora sobre instrução, e instrução feminina, os portugueses de setecentos tinham as suas ideias.

Por uma questão metodológica vamos, em primeiro lugar, tentar analisar o ponto de vista de três grandes homens da cultura da época, sobre a educação da mulher, suas capacidades e aspirações intelectuais. São eles Luís António Verney, Ribeiro Sanches e o Cavaleiro de Oliveira.

Luís António Verney publica em 1782 a grande obra pedagógica do século, o «Verdadeiro Método de Estudar», livro

valioso, polémico, revolucionário. Ora, essa obra tem um capítulo, por acaso o último, dedicado à mulher, no qual se trata da necessidade de elas se instruírem. Relembramos algumas palavras do autor: «Quanto à necessidade, eu acho-a grande, que as mulheres estudem. Elas, principalmente as mães de família, são as mestras nos primeiros anos da nossa vida (...) além disso elas governam a casa, e a direcção do económico fica na esfera da sua jurisdição (...) Além disso, o estudo pode formar os costumes (...) porque não acho texto algum da lei, ou sagrada ou profana, que obrigue as mulheres a serem tolas e não saberem falar (...) ler e escrever português correctamente, é coisa que rara mulher sabe fazer em Portugal (...). Persuado-me que a maior parte dos homens casados que não fazem gosto de conversarem com as suas mulheres, e vão a outras partes procurar divertimentos pouco inocentes, é porque as acham tolas no trato.»

Detenhamo-nos um pouco a analisar o conteúdo das palavras de Verney. Elas são, para o Portugal da época, verdadeiramente inovadoras, mas as perspectivas abertas ainda são muito limitadas. Se não, vejamos: é sem dúvida importantíssimo, chamar a atenção para a necessidade da mulher aprender, mas ela, segundo Verney, deverá fazê-lo muito mais pelos filhos, pela sua casa, até pelo seu marido, do que por si própria. Essa realidade é, digamos, uma pecha, que se manterá ao longo do século e para além dele, nos tratados dos pedagogos e doutras pessoas bem intencionadas. A mulher não é, assim, olhada na sua individualidade, não tem direitos próprios neste campo e a sua educação não tem em vista as suas próprias aspirações, mas funciona como um agente ao serviço da sociedade.

Neste pequeno rescaldo das posições de Verney, apercebemo-nos que, pese embora as intenções serem boas, elas não são, ainda, quanto à mulher, tão revolucionárias quanto o necessário e se inserem mais numa linha já anteriormente esboçada por alguns humanistas.

Em 1759 outro grande nome da cultura portuguesa e europeia, Ribeiro Sanches publica «As Cartas sobre a Educação da Mocidade» e se é bem verdade que há também aspectos verdadeiramente inovadores ao longo da Obra, na breve passagem referente à educação feminina faz apenas uma alusão à necessidade, reconhecida afinal por todos os espíritos esclarecidos, de instruir as «senhoras» portuguesas; e aqui cabe lembrar que só elas eram contempladas com a atenção dos pensadores. As mulheres do povo permaneceriam ainda por muito tempo na escuridão da ignorância e da submissão.

Mas recordemos agora Ribeiro Sanches e vejamos como as suas palavras se assemelham tanto às de Verney; «Será impossível introduzir a boa educação na fidalguia portuguesa enquanto não houver um colégio (...) para se educarem ali as meninas fidalgas.

Porque as mães e o sexo feminino são as primeiras mestras do nosso».

O tão celebrado Cavaleiro de Oliveira dedicou também algumas passagens do «Amusement Periodique» (1751) à educação e instrução das mulheres, e comenta a dado passo: «Através da história poderá coligir-se um magote de mulheres doudas que igualaram ou até excederam, se assim o exigem, os mais belos espíritos de homem que tem havido; lá de muito longe em longe, uma destas luminares aparece. Perfeitamente; mas são estes fenómenos tão extravagantes como raros (...) A sapiência da mulher quer-se como o sal nos temperos, nem muito, nem pouco, regradinho.»

Podemos, portanto, falar em unanimidade de conceitos entre estes três grandes nomes da cultura do tempo. Instrução sim, mas só em quantidade que baste, para ensinar meninos, entreter os maridos, animar os salões.

Se estas ideias nos parecem hoje manifestamente insuficientes, representavam na altura, um imenso avanço sobre, por exemplo, o século anterior e muito especialmente sobre a «Carta de Guia de Casados».

Mas a repercussão dos avisados conselhos de Verney e Ribeiro Sanches fez-se sentir apenas sobre uma elite intelectual estrangeirada, e cabe aqui recordar o que Francisco da Cunha e Mello, membro da Academia Real, escreveu em 1752 a propósito da educação feminina, no seu livro «Balança Intelectual, em que se pesava o merecimento do «Verdadeiro Método de Estudar»: «Pelo que toca ao estudo das mulheres, eu não sey que partido tome das diversas opiniões, de negar-lhe ou conceder-lhe (...) sempre receyo, que a presumpção de sábias as conduza insensivelmente áquella vaidade de que eu desejava ver livre o seu delicado génio.»

Se Pina e Mello, um dos homens mais eruditos do seu tempo, assume esta atitude, que dizer da opinião geral da nação? Sem dúvida que continuaria na esteira das opiniões de D. Francisco Manuel de Melo... Não esqueçamos que Pierre Carrère, nos fins do século, cinquenta e quatro anos depois da publicação do «Verdadeiro Método de Estudar», no seu livro «Voyage en Portugal...» e referindo-se às mulheres portuguesas, escrevia: «Elas têm uma intelligência que se desenvolveria agradavelmente se fosse cultivada, mas a sua educação é absolutamente negligenciada, elas não recebem qualquer tipo de educação e a maior parte delas não sabe escrever».

Outro exemplo a assinalar foi o caso da instalação em Portugal do 1.º colégio para educação de meninas, dirigido pelas freiras da Visitação, que só se efectiva com grandes dificuldades, no final do século (1782), enquanto na Europa Central eles já existiam desde os meados do Séc. XVI.

As razões que estarão na base do insucesso dos avisados ideais de Verney ou Ribeiro Sanches em relação à mulher, fundamentam-se, talvez, na força e projecção da mentalidade castiça ou tradicional, marcadamente anti-feminina, que dominava naturalmente uma esmagadora maioria da população, e, por outro lado, no facto de um número muito vasto de mulheres estar afastado dos sectores de produção e serem, portanto, economicamente dependentes.

Quanto às produções literárias de características populares, os papéis volantes ou literatura de cordel revelam também, de forma inequívoca, essa tradição popular misógina, embora nos mostrem, por outro lado, os esforços — débeis — para remar contra essa maré. Repare-se nos títulos de alguns»;

«Nova pragmática (...) para a reformation dos abusos das mulheres»;

«Empertinências que as mulheres têm com os pobres maridos» (Lx. 1790)¹;

«Os mixiricos das mulheres» (Lx. 1794)¹;

«Devoção das mulheres da moda na Igreja e o modo como nunca ouvem missa» (Lx. 1784)¹;

«A Impertinência das mulheres e a paciência dos maridos» (Lx. 1792)¹;

«Espelho Crítico (...) no qual se vêem claramente alguns defeitos das mulheres» (Lx. 1761)¹.

Mas vamos penetrar um pouco no interior dessas Obras para nos certificarmos das intenções dos seus autores.

João Theodoro de Neras, o autor do «Espelho Crítico», diz: «Difícil seria a empresa a que me arrojo, se acaso me persuadissem a querer expor os defeitos todos que ordinariamente se acham nas mulheres; (...) A mulher com a sua ignorância arruina-se a si, destroe aos homens e atropela ao mundo todo (...) De todas as cousas animadas a mais nociva e misérrima planta é a mulher...».

¹ As datas mencionadas não se referem, necessariamente, à 1.ª edição, mas sim à edição consultada existente na B. P. M. P.

Numa outra obracinha, «A Malícia das Mulheres», aparecida já no séc. XVI, mas com enorme divulgação no séc. XVIII, o que já por si só é sintomático, Baltasar Dias escreveu:

«não combate tanto o mar
as naus no seu navegar
como a mulher ao marido (...)
Não as castiga o parir,
nem tão pouco o criar,
para as poder emendar (...)
Quando no Tejo não houver
agua, e toda se secar,
nem o mar peixe tiver,
então faltará à mulher
malícia para enganar (...)
Bufos nas janelas ufanas
pegas palreiras à porta
são como cabras na horta
e enfadamento na cama
mal que ninguém não comporta.

E as declarações misóginas continuam, muitas vezes utilizando um humor mordaz, que ainda hoje nos faz sorrir. É o caso, por exemplo, da «Segunda parte da pregação de João Coelho feita às senhoras mulheres da moda para consolação dos coitados dos maridos» (Lx. 1787):

Que haja mulher tão tarella
que tudo que passa em casa,
As suas amigas vasa,
Só por dar à taramella;

Chegando a ser tão àquella
Que até lhe diz por tím, tím,
Tudo quanto o seu Joaquim
Lhe comunica de noite?

Açoite (...)

Que haja mulher tão velhaca
Que apenas pilha o coitado
Do seu marido embarcado,
Exposto a morte macaca;

Com preto e branco se atraca,
Sem temer que seu marido,
Quando for restituído
Venha pregar-lhe hum cutello?

Castello (...)

Em outras publicações que irão sendo referidas até ao fim deste trabalho, estão presentes as mesmas intenções.

Num outro campo, também vincadamente popular — os adágios e provérbios, cuja origem se perde, mas que foram ditos e reditos ao longo do séc. XVIII, podemos também encontrar a corrente popular misógina.

Relembremos alguns:

«A molher e o pedrado, quer-se pisado»;
«Do mar se tira o sal, e da molher muito mal»;
Dá-me pega sem manha, darte-ei molher sem tacha»;
«Da má molher te guardes, e da boa não fies nada»;
«A molher, o fogo e os Mares são tres males»².

Por outro lado, os eclesiásticos que se dedicavam às Missões populares por todo o país, chegando a todas as aldeias, mesmo às mais recônditas, faziam os seus fiéis recitar quadras como as a seguir transcritas, que permaneciam no ouvido, tantas vezes eram repetidas:

«Esses trajes descompostos
que vós chamais à franceza
«são laços com que o diabo
traz a vossa alma presa

E quantos estes trajes vêm
todos correm grande risco
porque a vista da mulher
mata como bazalisco».

Também nas Visitações da diocese do Porto, podem tirar-se exemplares muito claros desses preconceitos contra a mulher. Na Visitação da Igreja de S. Salvador de Taboado, em Setembro de 1705, pode ler-se: «...E porque muitos confesores costumão ouvir confiçoens de mulheres fora dos confessionários, do que se pode seguir grande inconveniente (...) mando com pena de excomunhã mayor ipso facto a todos os confesores que neuhom ouça confiçoens a mulheres sem ser pelas grades do conficionario...» etc. Na Visitação da Igreja de S. Cristóvão de Louredo, ainda em 1705, está escrito: «Por se evitarem os peccados e offensas que contra Deos se cometem, que resultão de as mulheres andarem cayadas e decotadas, provocando aos homens a peccarem, por tanto mando (...) que mulher alguma (...) venha à Igreja ou capellas ouvir miça decotada ou cayada».

² In «Adágios e Provérbios da Língua Portuguesa» (Lx 1780).

Ficou atrás dito que a tradição religiosa tinha contribuído para a subalternização da mulher e não há dúvidas quanto à posição e à influência dos sectores retrógrados do clero português do séc. XVIII. Provam-no, sem margem para dúvidas, as múltiplas declarações misóginas espalhadas por catecismos, hagiografias, sermões, etc.

Numa Vida de Santa Anna, de 1725, pode ler-se: «Persuadiu-se (Lúcifer) que por meio de hūas mulheres poderia conseguir o intento que por si mesmo não pudera executar...».

Numa obra de cariz religioso, de grande divulgação no séc. XVIII e que sofreu sucessivas reedições, Eva e Ave ou Maria Triunfante, da autoria de António de Sousa de Macedo, trata-se, num dos capítulos com exemplos, dos males que vieram ao mundo por mulheres, baseando-se o seu autor, como de costume, nas opiniões e exemplos dos antigos.

Mas se, em relação à mulher, as produções literárias com características misóginas são em grande número, ao longo de todo o séc. XVIII, a verdade é que se vão também encontrando algumas obras, dir-se-ia, de sinal contrário. Lembremos o «Catálogo das Rainhas de Portugal» (1727), de José Barbosa; o «Portugal Ilustrado pelo Sexo Feminino» (1734), de Ayres de Azevedo; o «Elogio das Rainhas Mulheres dos Cinco Reis de Portugal do nome de João» (1747), do Conde de Vimioso, etc., etc. Em 1785 é reeditada uma obra escrita no séc. XVI por Rui Gonçalves, então oferecida à rainha D. Catarina e agora dedicada a D. Maria: eram os «Privilégios e prerrogativas do sexo feminino...», a obra, em si, é semelhante às anteriores, dentro dum estilo panegírico, chamando a atenção para certos méritos de algumas personalidades femininas, mas, o importante é o prólogo, escrito pelo responsável pela reedição do livro, e que começa assim: «As mulheres são aptas para todo o género de ciências e conhecimentos sublimes, e não têm tantos nem tão grandes defeitos como lhe querem impor contra a verdade.» Isto, e tudo o mais que ele diz, devia soar bem aos ouvidos daquelas poucas mulheres combativas que, de quando em vez, se faziam ouvir contra os detractores do seu sexo. Entre essas mulheres conta-se Paula da Graça que, no início do século, publica a «Bondade das Mulheres Vindicada (...) papel métrico e apologético em que se defende a femenina innocencia, contra outro em que injustamente se ergue a sua maldade, com o título de Malícia das Mulheres...» E Paula da Graça dizia da sua justiça: «Minhas leytoras: Muytos annos ha que vejo correr hum papel impresso, que se intitula Malicia das Mulheres, sem que até o presente houvesse, huma que se dispozesse a contradizelo; (...) agora me resolvo a contrariarlo (...) supponho (...) que não deixareis de convir, em que eu, (...) pessoa igualmente interessada, me arrogue o officio de vossa procuradora...». Nos versos que se seguem ao prólogo, a autora

procura reduzir a zero as acusações feitas às mulheres, através das personagens femininas da «Malícia das Mulheres».

Em 1761 surge a «Primeira Carta Apologética em favor e defesa das Mulheres», de Gertrudes Margarida de Jesus, logo seguida de segunda Carta. Em ambas, as intenções da autora eram semelhantes às de Paula da Graça, pois ela pretendia destruir toda a 'fábrica' do «Espelho Crítico» e argumentava: «(...) hua defensão tão natural em todo o género de individuo que ainda o mais vil insecto, quando se vê offendido, procura desaggravar-se (...). Assim eu agora em defesa do meu sexo, quando me vejo insultada, procuro a defesa com as mesmas armas, com que me vejo offendida.» E ao longo de várias páginas, através de argumentos retirados, ora dos antigos, ora da História Pátria, procura Margarida de Jesus convencer o autor do «Espelho Crítico» da sem-razão das suas acusações.

Mas é, sobretudo, o aparecimento de mulheres na literatura — embora quase todas freiras — que prova que os tempos iam outros... apesar de tudo. Lembremos Teresa Margarida da Silva e Orta, Maria do Céu, Violante do Céu, Madalena da Glória, etc., etc.

*
* *
*

Sem acesso à educação, sob o peso, como vimos, de uma tradição popular e religiosa que lhe era manifestamente adversa, a vida da mulher não seria fácil nesses anos de setecentos. Naturalmente que as coisas se tornavam mais difíceis para as mulheres de famílias pertencentes à nobreza conservadora. Muitas vezes eram atiradas para um convento, se a fortuna não chegasse para lhes fornecer um dote correspondente à sua jerarquia, ou se as suas inclinações amorosas não fossem consideradas convenientes. Matias Aires demonstra essa injustiça nas «Reflexões sobre a Vaidade», onde diz a certo passo: «A vaidade e o ciúme dos homens, parece que accusam as mulheres, ainda antes de nascerem (...). Prendem-se as feras e também se prendem as mulheres, aquelas por causa da braveza, estas por causa da mansidão (...) As mulheres que foram encaminhadas para os claustros, é para que sigam neles o caminho das virtudes, este é o pretexto, porém a verdade comumente é para que as mulheres não se inclinem nem amem desigualmente...».

Mas quando o destino não era o convento, que apesar de tudo, permitia em muitos casos à mulher uma certa preparação intelectual, a sua sorte não era muito melhor, na grande maioria dos casos. Para o provar, vejamos o que diz Pierre Carrère a certa altura do seu livro, já citado: «Encontra-se ainda (em Portugal) os traços da antiga servidão em que se mantinham as mulheres. Encontram-se aqui os vestígios do tempo em que as mulheres, privadas de liberdade, viviam numa solidão contínua, fechadas nas suas casas, privadas de liberdade, de onde não

saíam senão em ocasiões extraordinárias...» Essas ocasiões eram no dia das Procissões, nos autos-de-fé, nas cerimónias da Quaresma, e, naturalmente, todos os domingos, quando iam à missa, para as mais ditosas que não possuíam capela em suas casas. É Pierre Carrère continua: «...estes dias são grandes dias para as mulheres, que encontram finalmente a ocasião de sair, de se fazerem ver»; e, mais adiante, acrescenta: «...as senhoras preenchem as janelas e os balcões (...), as ruas estão cheias de gente (...), os homens passam e voltam a passar!... Estas cerimónias dão lugar a convites por parte das donas das casas por onde a procissão deverá passar e elas são a causa de reuniões sociais muito concorridas...».

Na «Palestra que D. Geringonça dos Enleios teve com sua vizinha D. Fufia da Attentação no dia depois de ter ido ver certa Procissão da Quaresma», (Lisboa, 1786), pode constatar-se como era possível aliar outras 'devoções' à devoção...

(...)

«D. Geringonça — Ora diga-me, meu Enleio, e a Procissão hia bonita?

D. Fufia — Se quer que lhe diga a verdade, nem eu a vi.

D. Geringonça — Pois o meu Enleio não me disse ainda agora que tinha ido ver a Procissão?

D. Fufia — Disse, sim; porém, não a vi; porque quando ela começou a passar, nos tinha-mos nós assentado á meza naquelle instante. Bem desejei eu vella; porém a gente não há de ser impolítica e descortez. Eu estava rodeada de huma manica de senhoras de cerimonia e não havia cahir na incivilidade de me levantar, e deixallas. Que não diriam elas?

D. Geringonça — Eu estou pasmada! Poia a gente ha de ir à Procissão, e ver outra cousa?

D. Fufia — Sim, sim, minha attentação (...). Humas vão lá por verem por quem andam cegas. Outras por serem vistas daquelles, que andão cegos por ellas (...).

Estas saídas, tão raras, eram ardentemente desejadas por todas aquellas que aspiravam ao matrimonio, porque casar era, para muitas mulheres solteiras, a principal meta a atingir na sua existência. Uma das razões deste facto é-nos explicada por Pierre Carrère: «Todas as raparigas se querem casar; elas entre-vêm no casamento uma aparência de liberdade.»

Mas o casamento era, apenas, uma ilusão de liberdade. Se, enquanto solteira, a mulher estava na dependência e à guarda do pai ou do parente masculino mais próximo, casada, ficava sob a autoridade do marido. Mas, quer o casamento fosse feito na tentativa de encontrar um pouco de liberdade, quer fosse por conveniência familiar, a mulher, nobre ou burguesa, devia sujeitar-se à nova situação. Como isso nem sempre era fácil, iam surgindo publicados conselhos para os mal-casados. É de referir

que, através deles, e mais uma vez, são visíveis os traços de uma submissão a que a mulher era forçada. Recordem-se aqui alguns desses conselhos: «Tens marido vicioso, desamoravel, jogador, insolente, nescio (...) Deos te dê paciência, que bem a necessitas. (...) Ama muito a teu marido (...), serve-o como a senhor e cabeça pois o he. (...) Soffre os aggravos que te fizer. (...) Se tiver affeição ao jogo, ou alguma mulher, e vier muito tarde à noite, espera por elle vestida e sem cear (...) ter-lhe-has preparada a cea (...) recebe-o com amor e carinho.» E mais adiante: «não vejas senão pelos (olhos) de teu marido, e nem gostes senão do que a elle dá gosto, nem ouças senão pelos seus ouvidos, nem falles senão por sua boca...»³.

Numa outra publicação pode ler-se ainda: «as mulheres não devem dispor de seus bens (...) sem permissão de seus maridos»⁴. E aqui encontramos outro aspecto de submissão da mulher. A legislação portuguesa, negando à mulher capacidade judiciária, entregava ao marido a administração dos bens comuns, não podendo a mulher, sem consentimento do marido, dar, vender, empenhar os bens móveis, nem fazer qualquer espécie de contrato, nem ainda litigar quanto aos bens parafrenais.

Outros efeitos que resultavam da autoridade marital, expressa na lei, podem ver-se nos «Comentários às Instituições de Pascoal J. M. Freire», da autoria de António Liz Teixeira. Diz este: «É um princípio geralmente reconhecido nas leis civis das nações, que o casamento sujeita a pessoa e bens da mulher ao poder do seu marido; resultando dessa autoridade material o poder de castigar (não com ânimo de ferir, mas de corrigir). Esse poder correccional do marido compreende a faculdade de ele encerrar, ou ter privada de liberdade a mulher num lugar, que lhe designe...».

Outro aspecto do problema é a legislação referente ao adultério; mas, sobre isto, deixemos falar um contemporâneo, o Cavaleiro de Oliveira: «Em Portugal o direito e a moral estão de acordo quanto a condenar a adúltera e, pelo contrário, a dissimulação e a indulgência em prol dos homens que caem em semelhante desordem não são pequenas. Em Portugal a lei outorga aos maridos autoridade e poder absoluto sobre a vida das consortes, sempre que as surpreendam em flagrante delito ou possuam provas convincentes da sua infidelidade. (...) Acontece muitas vezes que as vítimas estavam inocentes sacrificadas aos arrebatamentos do crime, ou a uma excessiva noção de honra»⁵.

Cabe aqui acrescentar que, tanto as Ordenações como a Extravagante sobre o mesmo assunto, só consentiam acusação de adultério ao marido e em caso algum à mulher. Também Liz

³ In «Carta de Prudentes Dictames...», de autor anónimo, ed. de 1791.

⁴ In «Conselhos Sobre o Matrimónio...», de autor anónimo, ed. de 1774.

⁵ C. de Oliveira, «Amusemente Periodique», Trad. de Aquilino Ribeiro.

Teixeira, na Obra já atrás referida, diz: «Hoje pelos bons princípios do direito criminal, o adultério provado deve olhar-se como circunstância atenuante do homicídio, principalmente praticado pelo marido e ainda pelo pai e irmão da adúltera...».

Mas, a partir da segunda metade do século, a rigidez das normas e dos costumes começa sistematicamente, a ser abalada com a ascensão da burguesia. Novos tempos cheios de uma vitalidade nova se aproximam e trazem consigo o advento de uma nova sociedade. Nela, a mulher irá, lentamente, conquistando horizontes um pouco mais vastos. Muitas filhas da burguesia, beneficiando já da «educação à moderna», vão aprender a tanger viola, a dançar a fofa, o fandango ou o lundum, que deixavam os estrangeiros entusiasmados ou escandalizados pelo seu carácter sensual. Aprendem, também, a cantar uma ária em italiano e, claro, umas quantas frases em francês, que era a língua da gente culta na Europa daquele tempo. Todas estas aquisições, a que se poderia juntar a prática de jogos de salão, eram «prendas» inestimáveis nas Assembleias, que se tornaram quase numa instituição social na segunda metade do século, tanto se difundiram e popularizaram. Elas eram os locais privilegiados para os convívios sociais e, naturalmente, também para os encontros amorosos. Mas, nem todos viam de bom grado estas mudanças nos costumes da sociedade, pois, por causa das Assembleias, muito chefe de família gastou o seu e o alheio, na ânsia de embasbacar os seus convidados ou, muito simplesmente, para manter as aparências. E, além disso, as Assembleias punham em perigo a honra das famílias, nesse favorecer do contacto 'escandaloso' entre os dois sexos. Correia Garção e Nicolau Tolentino meteram a ridículo esta moda das assembleias e, este último, diz a certo passo da «Função»:

Onde estão, Portugal velho,
onde estão os teus costumes?
Onde os bons tempos estão
da simples Lisboa antiga
quando era grande função
ir a amiga ver a amiga,
e merendarem no chão?

Mas, não foram só grandes nomes da cultura do tempo que deixaram expressa nas suas obras a existência, de facto, de uma mudança nos costumes familiares e sociais. As publicações populares da época deixam-nos, também, entrever o dealbar dessa mudança, através das numerosas contendas de personagens da média e da pequena burguesia. Em geral, a luta é travada entre marido e mulher ou entre pai e filha, e a moral da história é sempre a mesma, podendo traduzir-se por um provérbio popular, então muito em voga: «Do homem a praça, da mulher a casa».

As personagens representavam sempre os mesmos papéis: de um lado, as mulheres, levianas, vaidosas, ociosas; do outro, o homem, prudente, assisado, consciente dos bons costumes e da tradição. Para demonstrar claramente o que atrás foi dito, vejamos um diálogo da «Grande contenda que teve a mulher com o marido pella não deixar hir ver as barbas do cacho de uvas»?

Florêncio — Senhora, tenho dito, eu sou quem governa, e huma vez que pronuncio, hum não, ninguém me deve mais replicar.

Brazia — He possível que você me queira ter sempre enterrada entre quatro paredes, sem ao menos me permitir hum leve desaforo?

Florêncio — Senhora Brazia, siga os meus dictames, a mulher honrada, ja mais deve lembrar-se de farólias, a sua caza deve ser o seu único cuidado; assás que nella tem com que se divertir, huma vez que olhando-a como deve, sabe desempenhar as obrigações do Estado a que voluntariamente se entregou (...).

A frequência destes diálogos^o leva-nos a concluir que, nos finais do século, haveria muitas Brázias que não se contentariam com os ditames dos seus Florêncios e, o «Portugal Velho», preocupava-se, seriamente, em repor as coisas no seu lugar.

A mulher, no final do século, respirou mais livremente, assumiu atitudes impensáveis algum tempo atrás, somou pontos sobre as suas antepassadas, mas... com o início de séc. XIX nuvens negras se avizinham no horizonte da sua libertação...

Não era possível terminar esta perspectiva sobre a mulher no séc. XVIII sem uma referência, à maneira de uma homenagem, à única mulher que derrubou as barreiras da sua época e se tornou num dos grandes vultos da cultura do seu tempo — Leonor de Almeida ou, como é por todos conhecida, — a Marquesa de Alorna. Mas, infelizmente, ela é a excepção. E uma andorinha não faz a Primavera...

^o Citamos alguns: «A grande bulha e desordem que teve a mulher com o marido pella não deixar ir ver os cavalinhos» (1791); «Desatinos que a mulher fez a seu marido por motivo de não a deixar ir ver as Luminárias» (1793); «A grande bulha e desordem que teve a mulher com o marido pella não deixar ir ver os Arrelequins» (s/data).

